

Aprender Mais Agora

Recuperar e Melhorar a Aprendizagem

setembro de 2024

Ministério da Educação, Ciência e Inovação



Educação de qualidade para todos



Princípios A+A

Ambição

- Melhoria contínua da aprendizagem

Autonomia

- Decisão por quem está na escola

Impacto

- Monitorizar e avaliar, porque só importa o que funciona

Equidade

- Não deixar alunos ficar para trás

Diversidade

- Integrar para promover sucesso escolar de todos

Estratégia A+A

I - Melhorar a Aprendizagem

- Foco na aprendizagem, no apoio aos alunos e na melhoria de processos

II - Integração e Sucesso dos Alunos Migrantes

- Resposta ao aumento acentuado de alunos migrantes

III - Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

I. Melhorar a aprendizagem

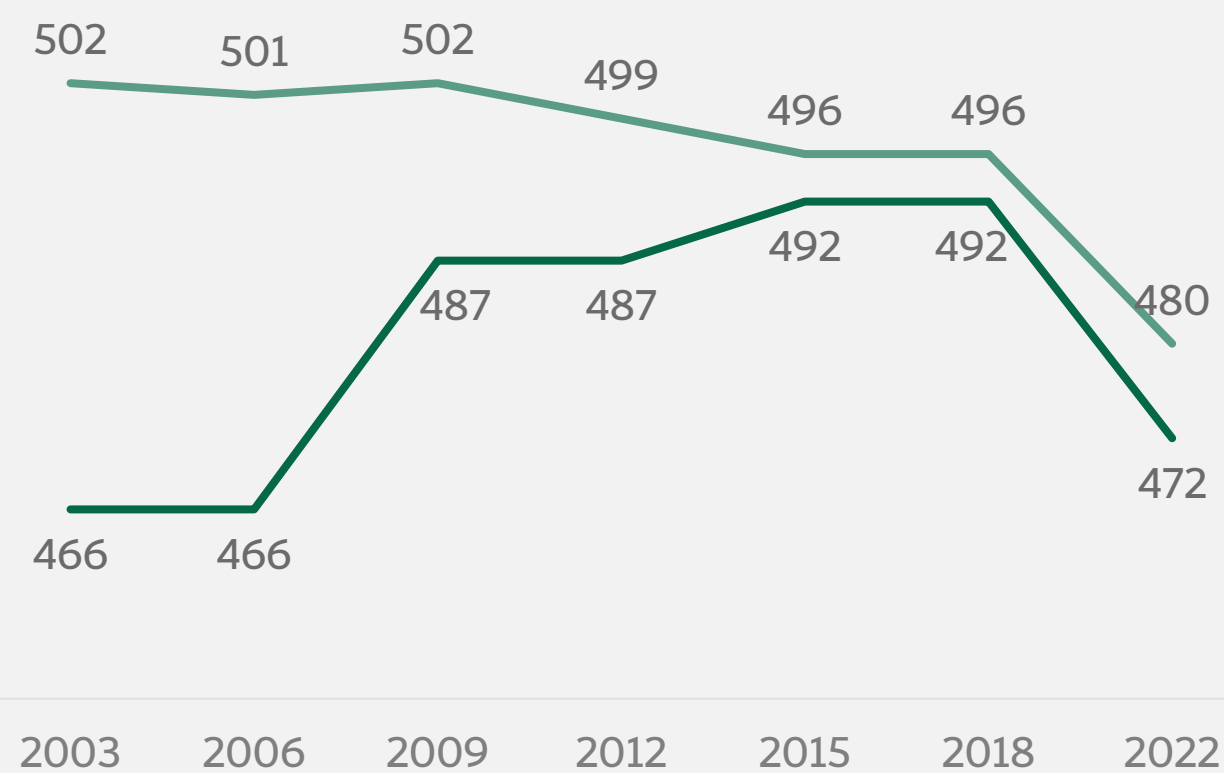
Foco na aprendizagem, no apoio aos alunos e na melhoria de processos

Aprendizagem em queda

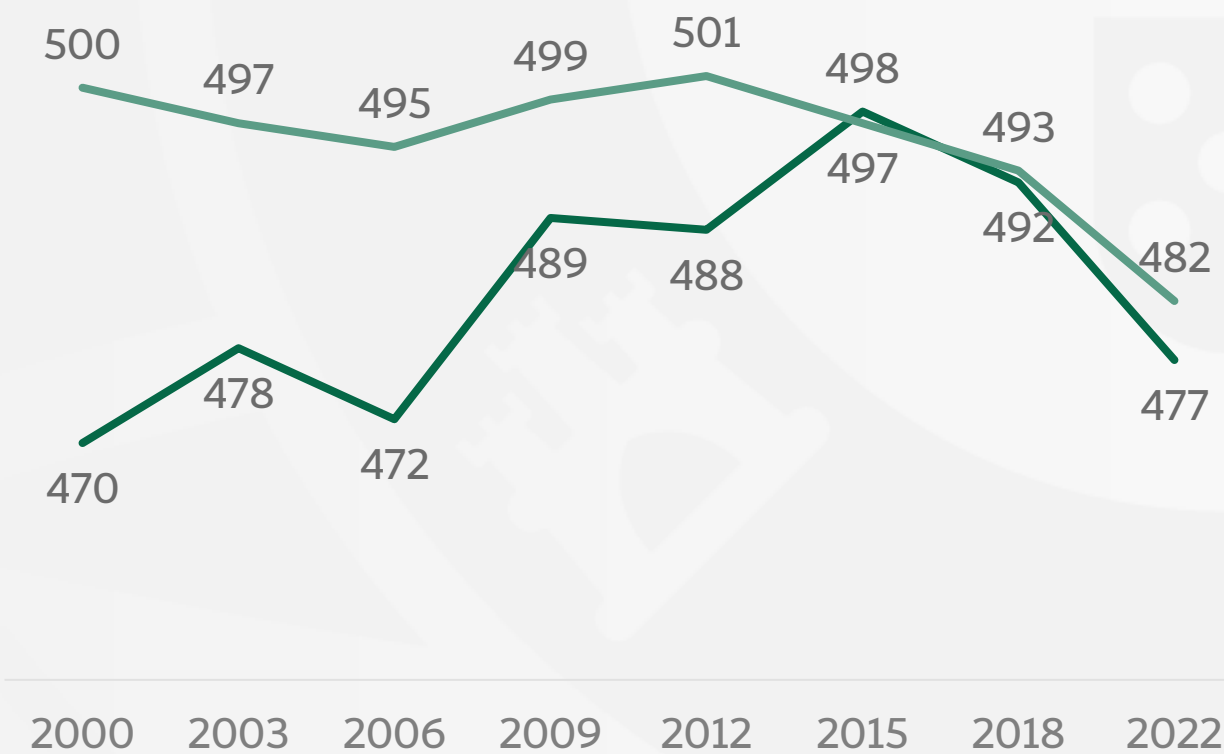
Estudos internacionais: PISA (15 anos)

- Em 2022, o desempenho dos alunos portugueses caiu em todos os domínios
- Queda mais acentuada a matemática: 20 pontos, que equivale ao progresso esperado durante um ano letivo
- A queda em Portugal foi superior à queda média dos países da OCDE
- A tendência de melhoria foi invertida em 2018
- Foram os piores resultados desde 2006

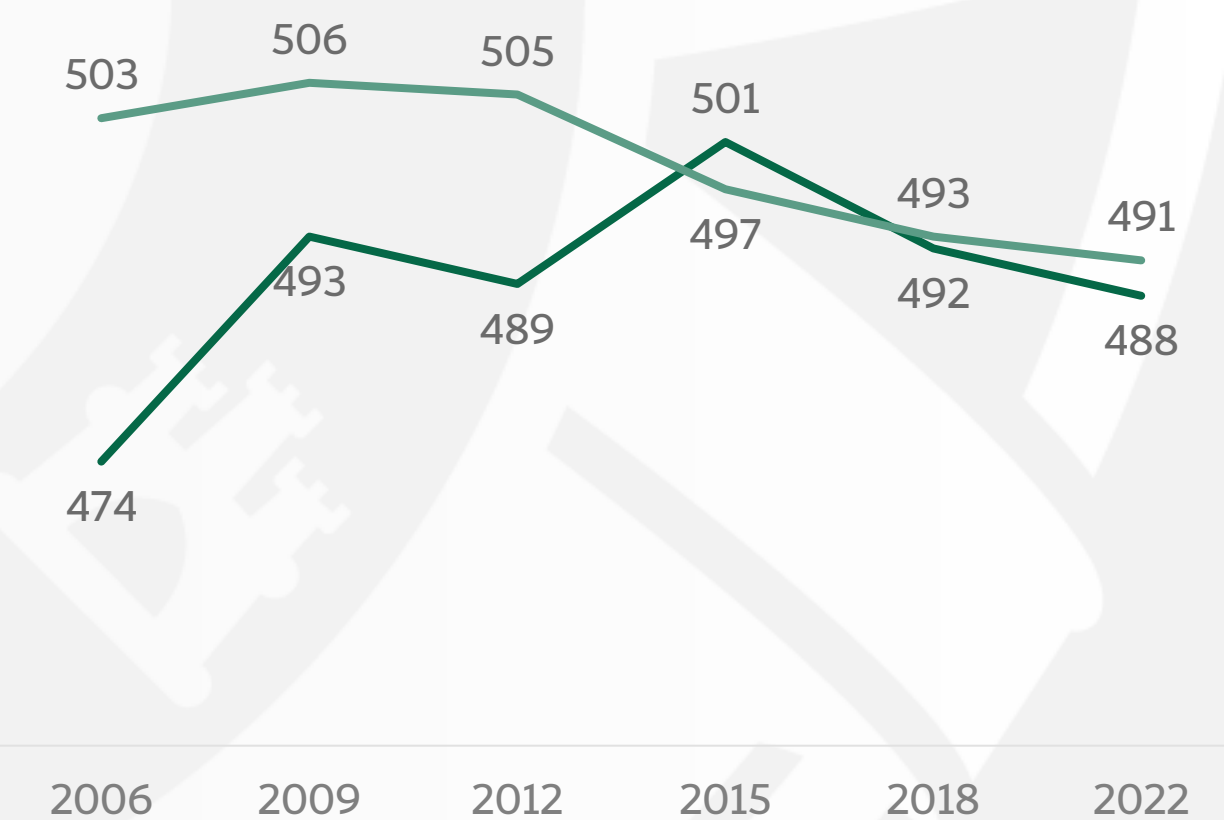
Matemática



Leitura



Ciências



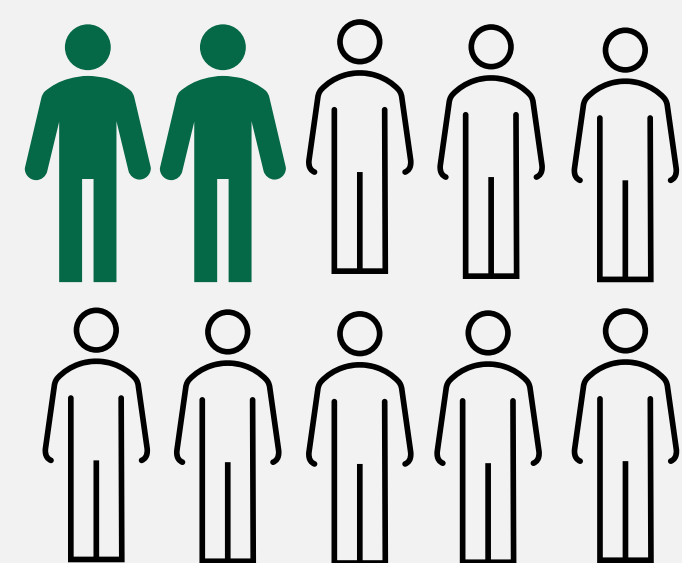
—Portugal —OCDE



Aprendizagem em queda

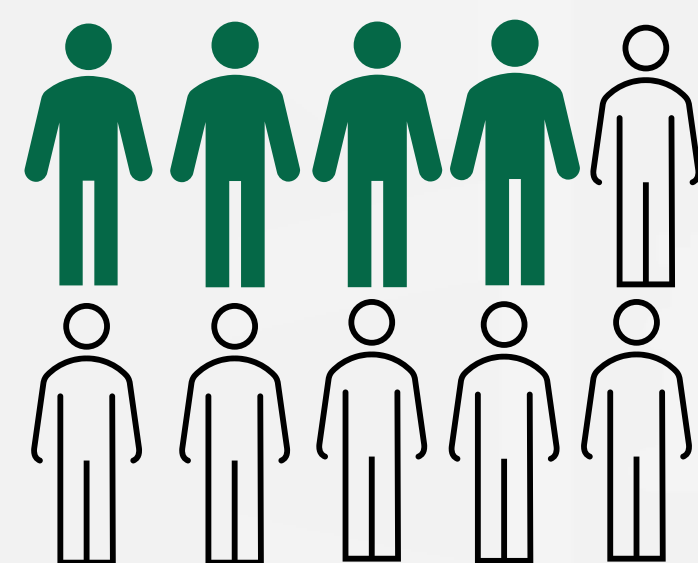
Estudos internacionais: PISA 2022

Baixo desempenho



20%

Alunos com baixo desempenho em **todos** os domínios avaliados

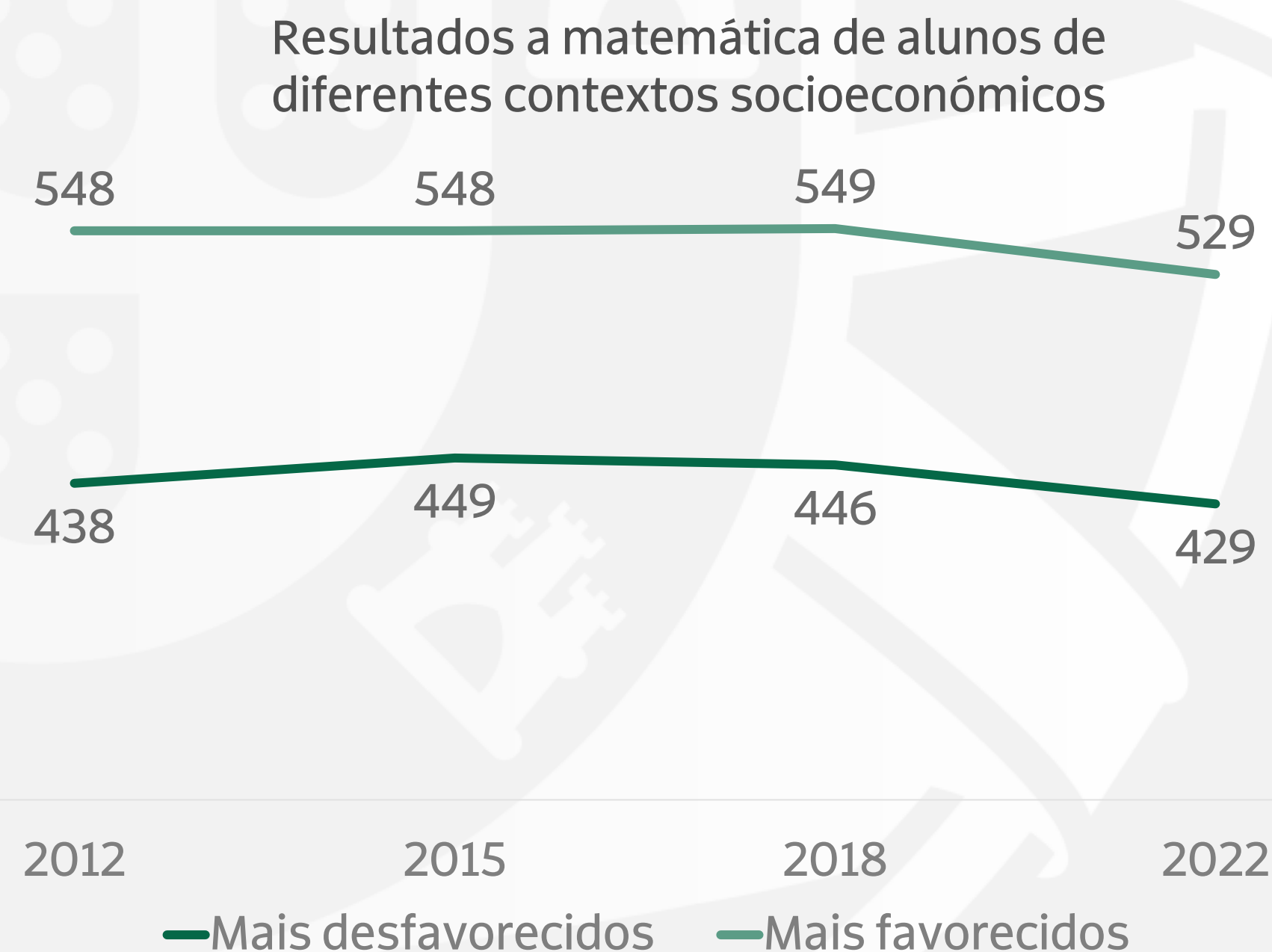


41%

Alunos com baixo desempenho em **pelo menos um** dos domínios avaliados

Contexto socioeconómico

Na última década, a diferença de desempenho entre alunos mais e menos favorecidos manteve-se estável



Objetivos

Metas de aprendizagem nacionais 2025-2028

- Melhorar os resultados das provas ModA entre anos letivos
- Melhorar os resultados das provas ModA entre anos de escolaridade
- Melhorar a proficiência de leitura no 2º ano de escolaridade

Metas de aprendizagem no PISA 2029

- Desempenho dos alunos portugueses acima da média da OCDE
- Percentagem de alunos com baixo desempenho abaixo da média da OCDE
- Diminuição da diferença de desempenho entre alunos mais desfavorecidos e mais favorecidos



1.1. Começar aos 0 anos

Melhorar a aprendizagem

Início:

2024/2025

Formar mais para as “Orientações Pedagógicas para Creche”

A creche é um espaço crucial para o desenvolvimento da criança. Investir na infância é investir com garantia de retorno social, educativo e económico

**Implementar formação contínua sobre as
“Orientações Pedagógicas para Creche”, para
educadores de infância e auxiliares**



Acesso OPC 2024

1.2. Apostar na leitura nos primeiros anos de escolaridade

Melhorar a aprendizagem

Início:

2024/2025

Diagnóstico nacional da velocidade leitora no 2º ano

A leitura é decisiva para o sucesso escolar e só com bons diagnósticos pode haver intervenções com impacto

Realizar um diagnóstico nacional da velocidade leitora, em 2024/25. Escolas receberão indicações e textos, devendo reportar resultados de leitura para cada aluno do 2º ano (palavras por minuto)

Publicar Referenciais de Proficiência de Leitura no 2º ano de escolaridade para escolas identificarem precocemente os alunos com dificuldades leitoras

1.3. Atuar antes de o insucesso acontecer

Melhorar a aprendizagem

Início:

Setembro 2024



Tutorias psicopedagógicas

Foco no desenvolvimento da metacognição, da autorregulação e de competências sociais e emocionais dos alunos

Apoio prestado por professores com formação específica ou psicólogos educacionais, em articulação com equipas pedagógicas e EMAIE

Apoio preventivo inicia-se no 1º ciclo perante sinais de dificuldades na aprendizagem, independentemente de haver retenções

Tutorias de caráter preventivo e remediativo, que incluem alunos retidos e alunos com dificuldades de aprendizagem

1.4. Envolver professores aposentados no apoio à aprendizagem

Melhorar a aprendizagem

Impacto Orçamental :

0,5M€

Início:

Setembro 2024

Contar com professores aposentados para continuarem a apoiar os alunos

Assegurar as condições para professores aposentados, em regime de voluntariado, efetuarem contribuírem para atividades de apoio à aprendizagem.

Mentorias a jovens professores
Apoio pedagógico acrescido

Referência de 5 horas semanais
Angariação e formalização diretamente pelas escolas



1.5. Focar a avaliação pedagógica na aprendizagem

Melhorar a aprendizagem

Início:

Setembro 2024



Cessar o projeto MAIA

Incorporar as orientações sobre a avaliação pedagógica na DGE

Reforçar a capacitação de lideranças pedagógicas em literacia em avaliação formativa, sumativa e externa

Na revisão das Aprendizagens Essenciais, identificar os descritores de aprendizagem por domínio para apoiar a avaliação pedagógica

1.6. Impulsionar o estudo autónimo

Melhorar a aprendizagem

Impacto Orçamental :

PRR

Início:

Janeiro 2025



Plataforma melhorada para estudo autónimo

**Evolução “Estudo Em Casa @Apoia”,
valorizando a aprendizagem centrada no aluno
e promovendo autonomia e
corresponsabilização**

Plataforma interativa com aulas e conteúdos para estudo autónomo, inclusivamente para alunos que não dominam a língua portuguesa. Compatível com futuro Ecossistema de Aprendizagem (PRR).

1.7. Monitorizar e prevenir o abandono escolar precoce

Melhorar a aprendizagem

Início:

Janeiro 2025



Rever definição e melhorar indicadores sobre Abandono Escolar Precoce

Importa responder às falhas identificadas, em 2020, pelo Tribunal de Contas na definição e monitorização do Abandono Escolar Precoce

Robustecer a fiabilidade e eficácia do sistema de recolha de dados e de monitorização para identificação atempada de crianças em abandono ou em risco de abandono, para resposta precisa e atempada

Lançar uma Estratégia para o Combate ao Abandono Escolar

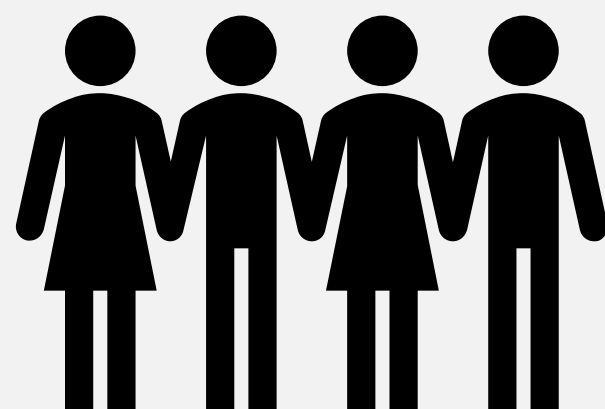
II.

Integração e Sucesso dos Alunos Migrantes

Resposta ao aumento acentuado de alunos migrantes

Alunos migrantes + 160% de alunos em 5 anos

Ano letivo
2018/2019



53.000

ALUNOS ESTRANGEIROS
(5,3% do total de
alunos matriculados)

Ano letivo
2023/2024



140.000

ALUNOS ESTRANGEIROS
(13,9% do total de
alunos matriculados)



39.500

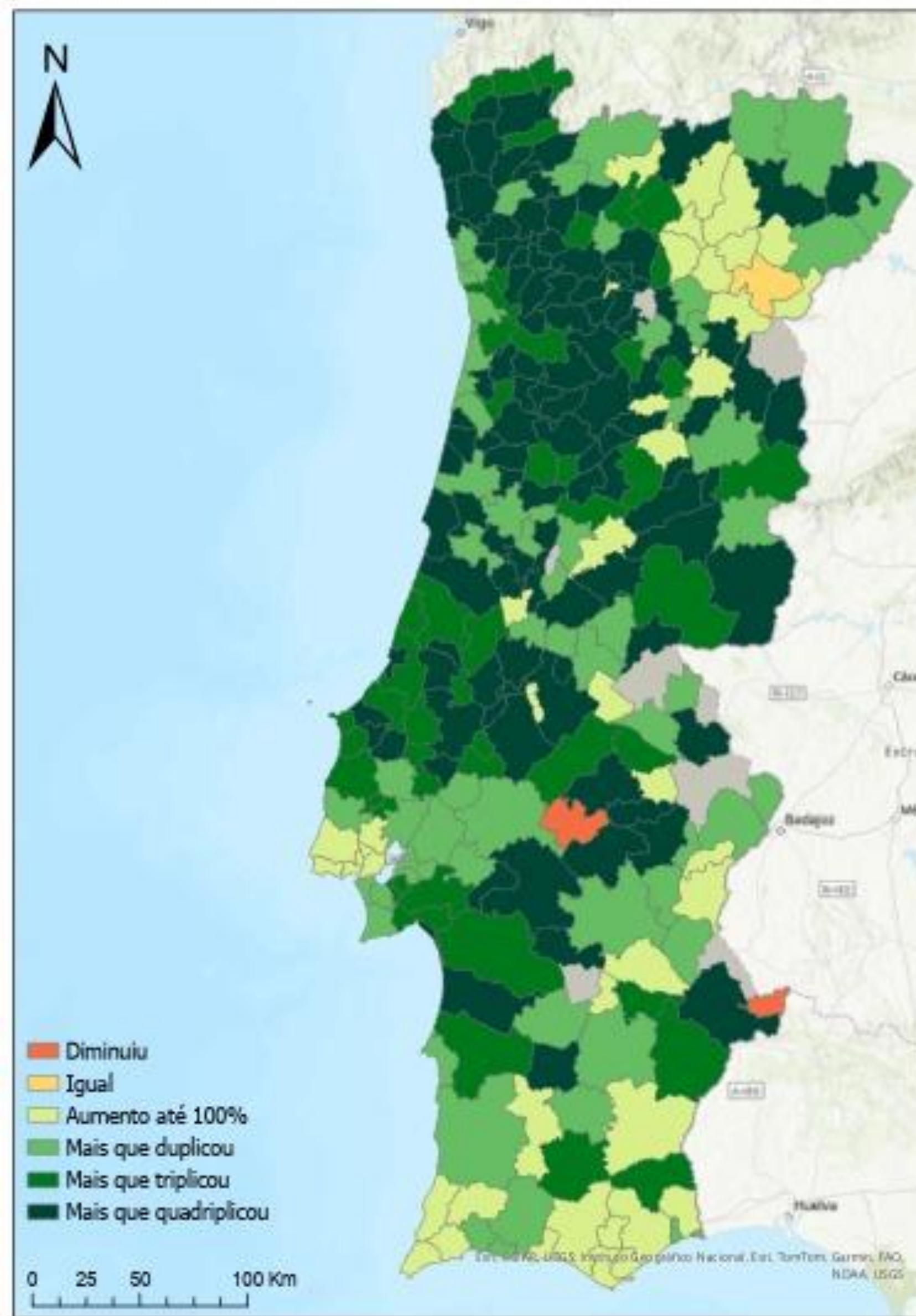
entraram no sistema
educativo em 2022/23

33.500

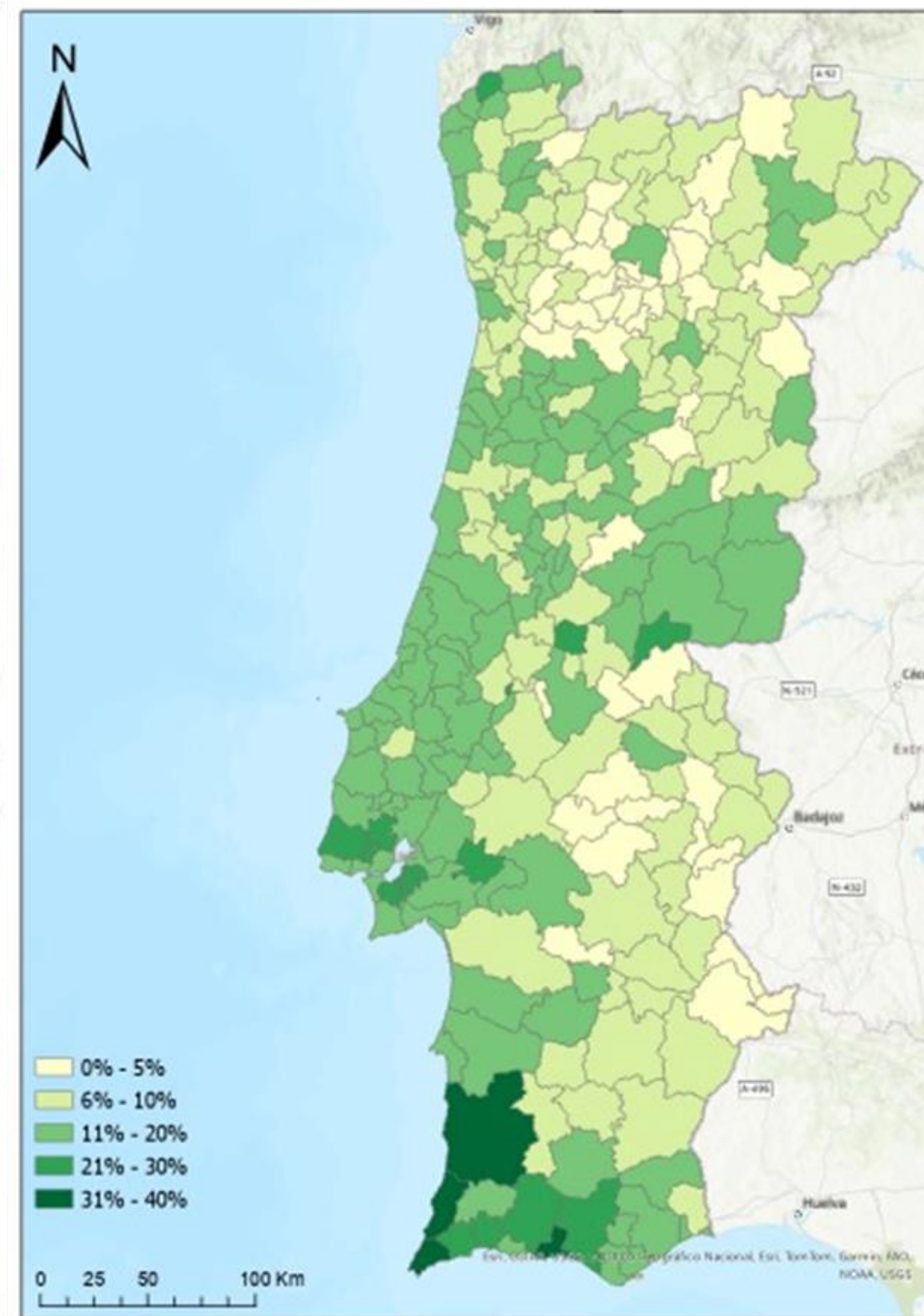
entraram no sistema
educativo em 2023/24

Aumento generalizado de alunos migrantes

Fonte: DGEEC



Varição de alunos com nacionalidade estrangeira entre 2018/2019 e 2023/24

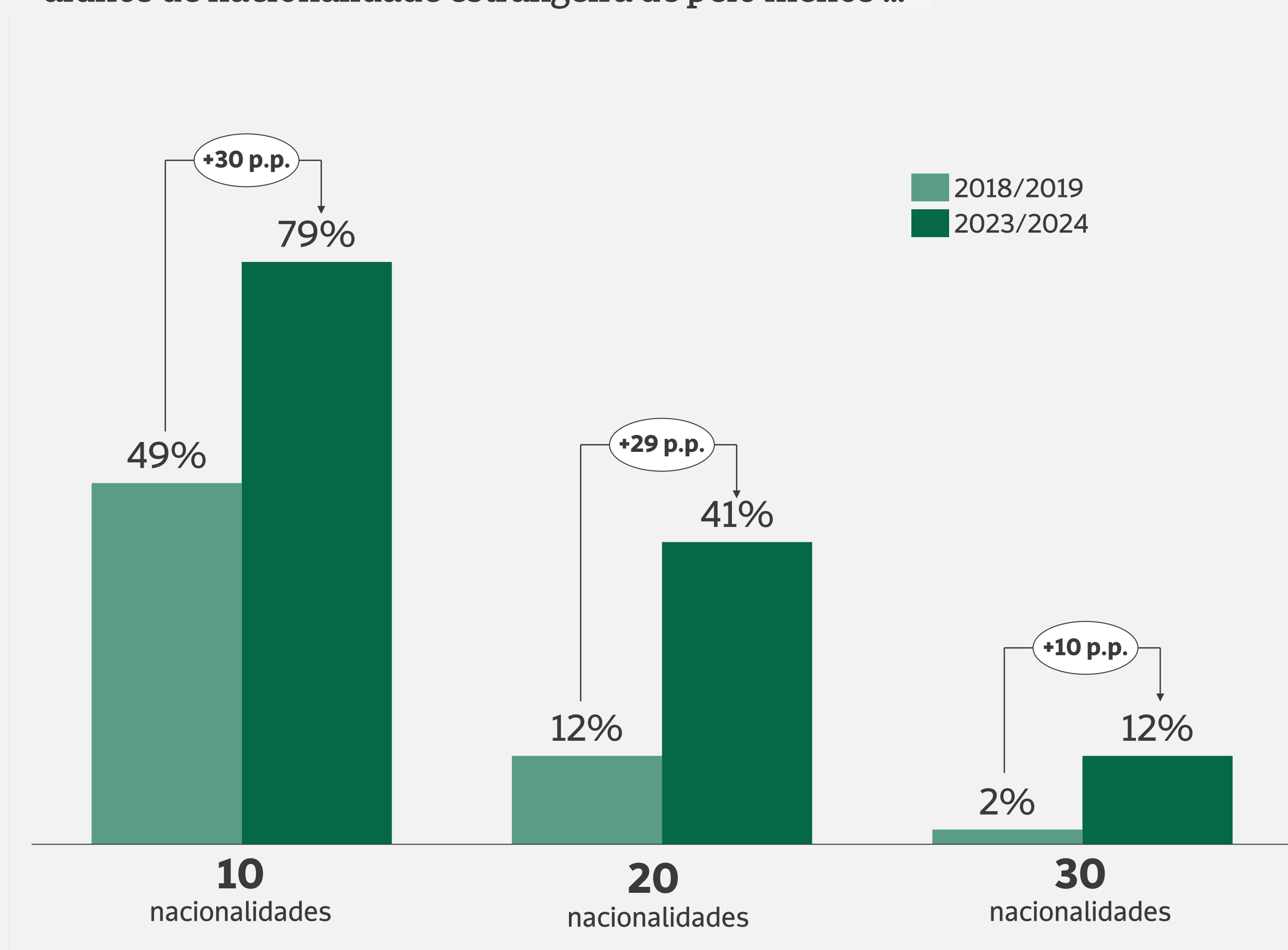


Rácio de alunos com nacionalidade estrangeira no total dos alunos 2023/24

Alunos migrantes

Alunos de 187 nacionalidades

Agrupamentos/Escolas não agrupadas que têm alunos de nacionalidade estrangeira de pelo menos ...

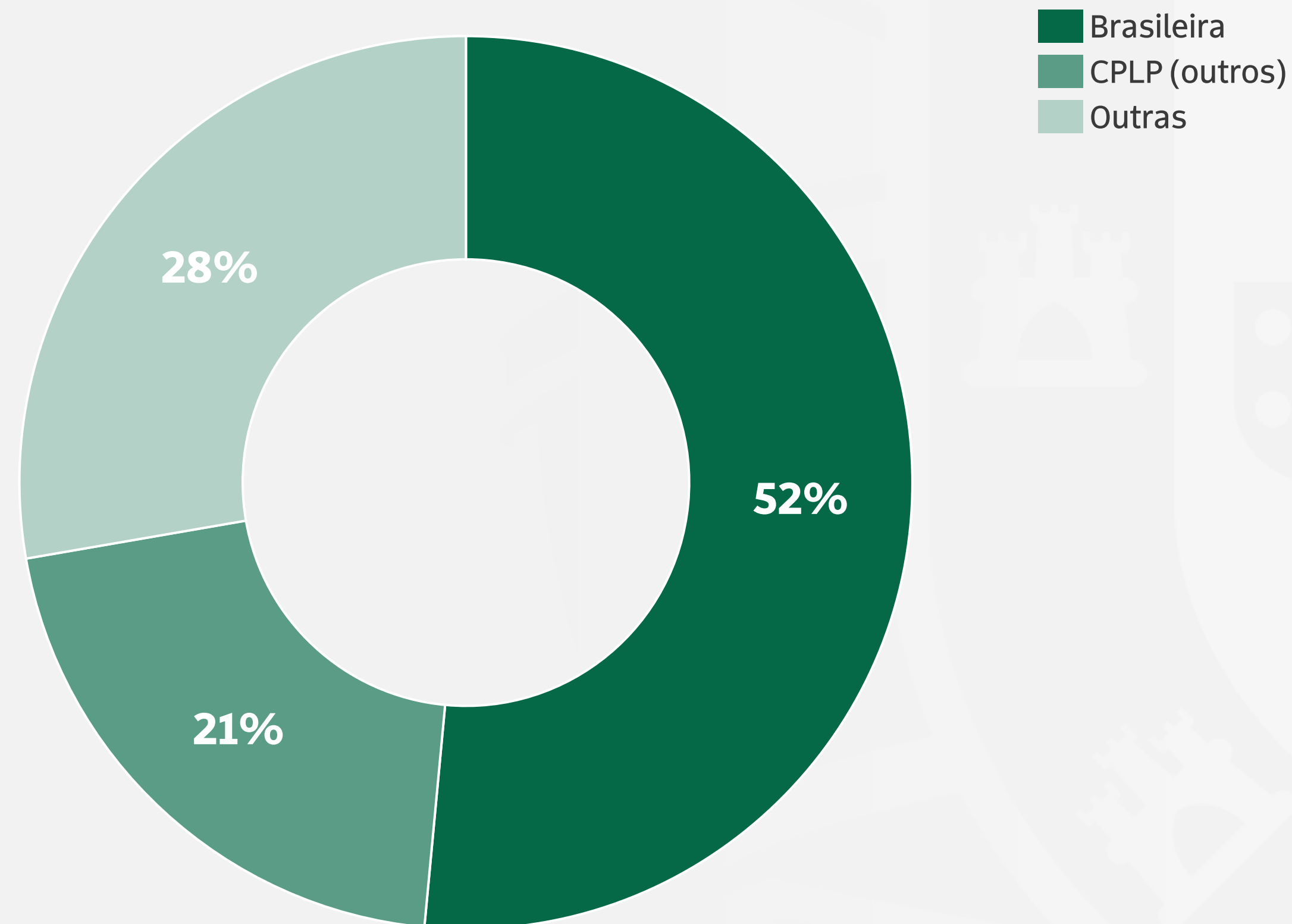


- Em média, os agrupamentos/escolas não agrupadas têm alunos de 19 nacionalidades (11 em 2018/2019)
- Há agrupamentos/escolas não agrupadas com alunos de 46 nacionalidades

Alunos migrantes

Português não é a língua materna de 3 em cada 10 alunos migrantes

Distribuição de alunos com nacionalidade estrangeira por nacionalidade, em 2023/24



- Cerca de metade dos alunos com nacionalidade estrangeira são brasileiros (52%) e cerca de 7 em cada 10 são da CPLP (72%)
- As nacionalidades com **maior aumento** de número e percentagem de alunos entre 2018/19 e 2023/24 estão associadas aos seguintes países:
 - Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Índia, Venezuela, Paquistão, Bangladesh, Colômbia, Argentina e Rússia

2.1. Contratar mediadores linguísticos e culturais

Integrar alunos migrantes

Impacto Orçamental:

**9,5M€ (45% financiado
pelo PESSOAS2030)**

Início:

2024/2025



Apoiar as escolas que recebem mais alunos migrantes

Foco nos alunos recém-chegados ao sistema educativo português, com nacionalidade estrangeira e origem não-CPLP

Atribuição de 272 mediadores com base em dados do ano letivo 2023/2024

Rácio: meio mediador por cada 10 alunos (valor para crédito horário ou equivalente financeiro)

2.2. Rever a disciplina PLNLM

Integrar alunos migrantes

Início:

Janeiro 2025



Melhorar diagnóstico e criar novo nível de PLNLM

Atualizar os instrumentos para diagnóstico e orientação dos alunos, no âmbito do PLNLM

Disponibilizar às escolas instrumentos de diagnóstico cientificamente validados, para melhor posicionamento dos alunos cuja língua materna não é o Português, em função da suas competências linguísticas

Criar nível zero no PLNLM

Assegurar que o PLNLM está alinhada com o perfil e as necessidades dos alunos, nomeadamente daqueles que desconhecem a língua e o alfabeto portugueses

2.3. Clarificar a avaliação dos alunos migrantes

Integrar alunos migrantes

Início:

Setembro 2024



Condições para a avaliação dos alunos migrantes

Adequar as condições de retenção no ensino básico e de avaliação no ensino secundário aos alunos que frequentam a disciplina PLNM.

Alargar a todas as provas e exames a garantia de condições diferenciadas na sua realização, para alunos que frequentam a disciplina de PLNM.

2.4. Simplificar equivalências no ensino básico

Integrar alunos migrantes

Início:

Setembro 2024



Acelerar a integração dos alunos migrantes

Desburocratizar o processo administrativo de posicionamento dos alunos no ensino básico, a ser realizado pelas escolas, **sem necessidade de intervenção dos serviços centrais do MECI**, aprofundando **autonomia** das escolas

2.5. Ensinar Português aos pais dos alunos migrantes

Integrar alunos migrantes

Impacto Orçamental:

**Financiado pelo
PESSOAS2030**

Início:

Janeiro 2025



Integrar famílias e comprometê-las com o sucesso escolar

Alargar a rede de cursos de língua portuguesa para estrangeiros (Português Língua de Acolhimento)

Aumentar o financiamento para cursos de língua portuguesa para estrangeiros

Pretende-se potenciar a compreensão da língua, a integração social e o envolvimento dos pais na vida escolar dos seus filhos – fator determinante para o sucesso escolar

III.

Recomendações às Escolas sobre o uso de *smartphones*

Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

A visão do MECI

- O Governo tem um compromisso com a **transição digital** e é responsabilidade do MECI formar os jovens portugueses para as competências digitais e prepará-los para os desafios sociais e profissionais da vida adulta
- O MECI reconhece o **potencial** das tecnologias digitais na aprendizagem, mas também os **riscos** associados a uma utilização individual e desregulada dos dispositivos
- Enquanto a **utilização de tecnologias digitais** para a aprendizagem **deve surgir inserida num projeto pedagógico** acompanhado por professores e devidamente validado pelas escolas, a evidência empírica mostra que a utilização individual de dispositivos pelos alunos é permeável a usos excessivos, desadequados e nocivos ao bem-estar dos jovens
- Evidência internacional aponta também para **riscos na aprendizagem**, na socialização e no bem-estar mental
- Foco nos **smartphones** e equipamentos inteligentes com acesso à internet, por potenciarem estes riscos

Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

A visão do MECI

Evidência internacional

- A evidência de efeitos negativos do uso de *smartphones* e a sua massificação entre crianças e jovens levaram ao reconhecimento transversal da necessidade de regular o uso destes dispositivos nos recintos escolares
- Aumento do número de escolas de vários países europeus que regulam, restringem ou proíbem o uso de *smartphones* – por iniciativa das escolas ou por orientação governamental
- França – projeto-piloto que proíbe *smartphones* em todo o ensino básico em 199 escolas

Em Portugal

- As escolas têm autonomia para definir regras para o uso de telemóveis e *smartphones* no seu Regulamento Interno
- Em outubro de 2023, o **Conselho das Escolas** recomendou a preservação da autonomia das escolas na regulação desta matéria, e recomendou ainda que se confie na capacidade e na competência das comunidades educativas para adotar normas e práticas que garantam o bem-estar, os direitos humanos e a segurança das comunidades educativas
- Até 2023/2024, cerca de 2% dos Agrupamentos de Escolas tinham restringido ou proibido os *smartphones*

Princípios MECI

Escolas devem ser espaços seguros e saudáveis

- O desenvolvimento da aprendizagem, da socialização e do bem-estar dos alunos depende destes se sentirem seguros

Preparar para o mundo real

- As escolas não se podem converter em espaços isolados da sociedade. Devem, sim, enquadrar o acesso dos alunos ao digital de modo construtivo e estruturado

Política pública baseada em evidência

- Decisões políticas devem ser orientadas por evidência, que neste caso diferencia entre níveis de ensino, e a sua implementação deve ser acompanhada de avaliação de impacto

Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

Recomendações do MECI

ENSINO BÁSICO 1º ciclo

Recomenda-se a proibição do uso e/ou a entrada de smartphones nos espaços escolares

ENSINO BÁSICO 2º ciclo

Recomenda-se a proibição do uso e/ou a entrada de smartphones nos espaços escolares

ENSINO BÁSICO 3º ciclo

Recomenda-se a implementação de medidas que restrinjam e desincentivem a utilização de smartphones nos espaços escolares

ENSINO SECUNDÁRIO

Recomenda-se o envolvimento dos alunos na construção conjunta de regras para a utilização responsável de smartphones nos espaços escolares

Exceções

Alunos que apresentem muito baixo domínio da língua portuguesa e possam utilizar o *smartphone* como instrumento de tradução

Alunos que beneficiem comprovadamente de funcionalidades do *smartphone* por razões de saúde

Desenvolvimento de atividades em sala-de-aula ou em visitas de estudo, devidamente enquadradas pelo professor, com preocupações de equidade

Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

Recomendações do MECI

Opções para a utilização regulada dos *smartphones* nas escolas

- Definir regras simples, precisas e eficazes, e definir consequências (percecionadas como justas) para o incumprimento das mesmas
- Comunicar e dar a conhecer de forma transparente as regras de utilização e as consequências do incumprimento das mesmas
- Garantir que a utilização dos *smartphones* por parte de docentes, técnicos especializados e auxiliares de ação educativa seja pontual ou feita em espaços não acessíveis aos alunos
- Criar espaços e atividades alternativas de caráter lúdico para os tempos livres dos alunos
- Promover debates e recorrer a especialistas para esclarecer sobre o efeito do uso excessivo de *smartphones* na aprendizagem e o bem-estar
- Sensibilizar as famílias e a comunidade escolar para a existência de alternativas aos *smartphones*, nomeadamente os *dumbphones*
- Dinamizar ações de capacitação para a comunidade educativa no âmbito da promoção da Cidadania Digital

Recomendações às Escolas sobre o uso de smartphones

Passos seguintes em 2024/2025

Informar a comunidade educativa

- MECI publicará guiões por público-alvo (alunos, pais e escolas) destinados a informar sobre usos seguros e adequados dos smartphones e ecrãs
- O conteúdo destes guiões será baseado num relatório, a publicar pelo MECI, que resultará de uma reflexão liderada pela DGE junto de especialistas na área

Monitorização e Avaliação

- Ao longo do ano letivo 2024/2025, o MECI fará a monitorização sobre a regulamentação da utilização de smartphones nas escolas, recolhendo informação sobre as opções seguidas pelas escolas
- O cruzamento desta informação com indicadores sobre aprendizagem, sobre bem-estar e sobre incidências nas escolas permitirá avaliar o impacto das medidas adotadas
- Esse impacto será tido em conta na definição das orientações para o ano letivo 2025/2026

IV.

Próximos passos

Processos a iniciar em setembro

- Revisão das Aprendizagens Essenciais
- Revisão do Regime da Educação Inclusiva
- Revisão dos Planos de Inovação
- Conceção Estratégia de combate ao Abandono Escolar
- Novo regime de autonomia e organização dos AE, incluindo o Estatuto dos diretores
- Revisão do Estatuto da Carreira Docente
- Revisão do regime de formação de docentes





**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

